

# Políticas públicas como aliadas do planejamento urbano das áreas verdes de Londrina/PR

**Carlos Roberto Ballarotti**  
carlosballa@hotmail.com  
UNOPAR

**Yoshiya Nagakawara Ferreira**  
yoshiyanf@gmail.com  
UFPR

**Palavras-chave:** Cidade e ambiente, Gestão urbana, Verde urbano.

222

A cidade de Londrina, localizada no Norte do Estado do Paraná conta com uma população com pouco mais de 500 mil habitantes. O rápido processo de crescimento urbano, a partir de um marco zero instalado por um grupo inglês visou a organização de uma rede de cidades planejadas colocadas em pontos estratégicos, onde existia uma mata densa e contínua. Isso exigiu dos colonizadores, há mais de setenta anos, um planejamento realizado em uma área delimitada de 515 mil alqueires. Esse planejamento teve como concepção uma multiplicidade de ações iniciais pensadas de forma ordenada e estratégica, com ideias capitalistas e empreendedoras de cunho “imobiliário-colonizador”.

Para Nunes (2010), talvez os ingleses não acreditassem que a região onde situava a cidade de Londrina teria uma explosão demográfica tão significativa em tão curto espaço de tempo, contudo investiram em muita propaganda para atrair compradores nacionais e estrangeiros, além de mão de obra para trabalhar na área rural.

Hoje, após mais de oitenta anos desse processo inicial de assentamentos humanos pela expansão das frentes pioneiras, muitos fatos ocorreram no processo de povoamento e nos fluxos demográficos que procediam de outros estados brasileiros. Para Rego (2009), essas pessoas passaram a habitar não só as terras deste empreendimento

inglês denominado inicialmente de *Brasil Syndicate Ltd.*, como também terras ou áreas além de sua delimitação, criando uma subsidiária brasileira denominada de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Conforme Blum e Oliveira (2005, p. 2), o quadro atual da cobertura florestal no Norte do Paraná revela uma situação alarmante. A região onde predominavam exuberantes florestas, nos dias atuais se encontra muito degradada, constituída de pequenos remanescentes, em diversos estágios de sucessão. A pior situação é que esses remanescentes se encontram fragmentados, não sendo possível a existência de um corredor natural entre eles. No caso do Norte do Paraná, a floresta estacional semidecidual cedeu espaço para a agropecuária e para indústria agrária, sendo que os poucos fragmentos dessas antigas florestas ainda sofrem a pressão antrópica e o risco de total desaparecimento (BLUM e OLIVEIRA, 2005, p. 2).

No município de Londrina, no que sobrou da mata original, verificamos uma pequena porção de 1,04% de florestas muito densas, 0,36% de mata densa, 0,96% de floresta pouco densa e 3,00% de mata muito alterada. Essa porcentagem foi calculada sobre o total da área do município, sendo que totaliza 5,36% de matas preservadas. Isto significa que 94,64% da área do município se encontram ou com as edificações da cidade ou pelos campos agriculturáveis. (FRANÇA, 1997).

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento com o objetivo de destacar o papel e a influência do poder público e privado na gestão do uso do solo urbano, suas políticas em relação às matas que foram destruídas para a ocupação humana e a atual configuração sobre a preservação e manutenção do verde urbano.

Os procedimentos metodológicos têm como suporte principal, a pesquisa bibliográfica sobre a evolução do uso e ocupação da cidade de Londrina, afinando para a problemática do tratamento dos espaços públicos livres e a arborização urbana. A legislação que se refere ao meio ambiente teve um tratamento específico. A pesquisa de campo está sendo efetuada nas vias públicas, praças, bosques e fundos de vale dentro da área urbana de Londrina.

Embora a administração pública da cidade de Londrina se preocupe em criar dispositivos legais para o controle e manutenção dos remanescentes florestais e para o verde urbano, observamos que na prática a legislação existente não é cumprida, seja pela falta de fiscais na Secretaria do Meio Ambiente ou pela falta de consciência ecológica da população.

Apontamos algumas observações da pesquisa e de levantamento de campo efetuadas na cidade de Londrina.

O Parque Arthur Thomas, com área de 85,47 ha, localizado na zona sul da cidade, embora tenha sido beneficiado pelo acréscimo do Parque da Fazenda Refúgio, criando um corredor natural, sofre as consequências do assoreamento do lago Igapó e com a impermeabilização da cidade. Por esse motivo, o córrego Cambezinho, que atravessa o parque, não suporta mais a vazão das águas da chuva, transbordando, destruindo a infraestrutura do local e parte da sua vegetação.

**224**

Nos canteiros centrais das avenidas localizadas na região sul da cidade, como a Madre Leonia Milito e a Inglaterra, foram erradicadas as árvores para o plantio de flores ornamentais. Com essa atitude os veículos e pedestres ficaram expostos aos raios do sol, perdendo o ar condicionado natural que controla o efeito das ilhas de calor e diminuem a poluição sonora.

No bosque central, por meio de um projeto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), foram derrubadas várias árvores com o intuito de dar continuidade à Avenida Piauí para facilitar o escoamento de veículos, ação que foi impedida pelo movimento popular e está sendo julgada. A polêmica sobre o bosque começou após a retirada de dezesseis árvores. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP), já havia reagido contra o ato, embargando as obras. Além disso, a ONG MAE entrou com uma ação civil pública que resultou na liminar.

Foi observada também, a diminuição florestal de pequenas reservas existentes dentro da cidade, como no caso da mata localizada ao lado da empresa Agro-Industrial Cooperativa Central (CONFEPAR).

No caso da arborização urbana, observamos na região central a retirada das grandes árvores de espécies como sibipirunas, grevíleas e tipuanas e sua substituição por árvores de pequeno porte como hibiscos, resedás e escovas de garrafa.

Seria necessário que o município de Londrina fizesse um inventário das árvores existentes nas vias públicas e tratasse do seu replanejamento (revisão e diretrizes da arborização urbana). Este processo seria beneficiado caso o Plano Diretor de Arborização do município fosse aprovado pela Câmara Municipal.

Como essa pesquisa se encontra em andamento, estamos analisando atualmente o Plano Diretor de Arborização do Município e fazendo um parâmetro entre as regras dispostas em seus artigos e as ações que encontramos nos locais que se encontram o verde urbano da cidade.

### Referências bibliográficas

ARIZA, C. G.; SANTOS, Douglas Gomes dos. Qualidade ambiental e planejamento urbano. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. V.9, n. 26 – Jun/2008, p. 224-242.

BLUM, C. T.; OLIVEIRA, R. de F. **Reserva Florestal Legal no Paraná, alternativas de recuperação e utilização sustentável**. 2005. Disponível em: <<[http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1161520168Reserva\\_florestal\\_legal\\_no\\_Parana\\_alternativas\\_de\\_recuperacao\\_e\\_utilizacao\\_sustentavel.pdf](http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1161520168Reserva_florestal_legal_no_Parana_alternativas_de_recuperacao_e_utilizacao_sustentavel.pdf). >>. Acesso em 08.08.2013.

FRANÇA, E. T. **Remanescentes florestais do município de Londrina/PR – Mapeamento e análise histórica do**

**desmatamento no contexto da colonização**. 1997. Monografia de bacharelado em Geografia. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.

LONDRINA. Secretaria do Meio Ambiente. **Projeto de Lei No 233/2010**. Institui o Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina.

NUNES, J. L. A. **Londrina! Cidade de braços abertos: o olhar de um pé-vermelho da segunda geração**. Londrina: Ed. Do autor, 2010. 152p.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: Os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná**. Maringá: Edições Humanidades, 2009. 220p.